

AO JUÍZO DA ____ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO NO ESTADO DE RONDÔNIA – TJ/RO

BANCO DO BRASIL S/A, sociedade de economia mista sediada no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Bloco C, Lote 32, Edifício Sede III, Brasília/DF, CEP 70.070-140, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, e-mail cenopserv.oficioscwb@bb.com.br, com seus atos constitutivos registrados e arquivados no Departamento Nacional do Registro do Comércio sob nº 83, neste ato representado por seu advogado que esta subscreve (DOC1), e-mail nwbbintimacoes@nwadv.com.br, com fundamento no artigo 784, III e V c/c artigo 824 e seguintes do Código de Processo Civil, propor a presente:

AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

em face de **JEAN DA SILVA SOUZA**, brasileiro, solteiro, pecuarista, portador da Carteira de Identidade nº 1591968, órgão emissor SESDC RO, inscrito no CPF/MF sob o nº 703.592.902-99, (endereço eletrônico desconhecido), residente e domiciliado na Linha 23-B KM 70 STR Abuna, S/N, Zona Rural, Porto Velho/RO, CEP 76801-000.

E, na qualidade de fiador:

EDMAR DOS ANJOS, brasileiro, solteiro, pecuarista, portador da Carteira de Identidade nº 1246901, órgão emissor SESDEC RO, inscrito no CPF/MF sob o nº 027.366.902-81, (endereço eletrônico desconhecido), residente e domiciliado na Linha 25B KM 42, Sítio Boa Atitude, Zona Rural, Porto Velho/RO, CEP 76834-899.

Para tanto, expõe a seguir as razões de fato e de direito que amparam a pretensão.

I – DA EXPRESSA RECUSA AO JUÍZO 100% DIGITAL

Diante da inexistência de ferramenta de gestão processual apta a processar o recebimento de intimações exclusivamente na forma estabelecida pela Resolução no. 345/2020 do CNJ (e-mail e telefone móvel), **apresenta nesta oportunidade a sua expressa RECUSA ao “JUÍZO 100% DIGITAL”.**



Por oportuno, protesta pela manutenção da disponibilização das intimações através do sistema eletrônico e/ou diário oficial, sob pena de violação aos artigos 194, 197 do CPC e artigo 37 da Carta Magna.

II – DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Inicialmente insta salientar que **o Exequerente não tem interesse na realização da audiência de conciliação ou de mediação**, conforme preceitua o artigo 319, VII do Código de Processo Civil, haja vista que busca constantemente contatos com as partes, para tratativas extrajudiciais, no sentido de resolver a pendência objeto da demanda em tela.

III - DO ARTIGO 319 DO CPC

Informa a parte Exequerente que todos os requisitos necessários para a admissibilidade da peça exordial encontram-se devidamente presentes nesta peça, com exceção do endereço eletrônico das partes Executadas, cuja obtenção restou impossibilitada.

Entretanto, tal fato não é passível de ocasionar nenhum prejuízo ao regular processamento e prosseguimento do feito, nos termos do parágrafo 2º do artigo 319 do CPC.

IV – DO RECEBIMENTO DAS CÓPIAS – PRESUNÇÃO LEGAL DE VERACIDADE

Por oportuno, reitera a **fé pública do advogado quando da juntada de reproduções de qualquer documento público** ou particular nos autos, na forma como preconiza o Art. 425 VI do Novo CPC.

Cabendo destacar que, por ser documento munido de fé pública, deverá ser presumida a veracidade das informações nele vinculadas, nos termos do inciso IV do Art. 374 também do CPC, considerando-se como presunção *juris tantum*, ou seja, presunção relativa **válida até prova em contrário**.

Deste modo, requer que as cópias apresentadas produzam os exatos mesmos efeitos de suas vias originais, eis que apresentadas por advogado com plenos poderes para gerar a indiscutível validade ao seu conteúdo.

V – DOS FATOS

Em 01/04/2020, o Exequerente firmou com o Executado, o **CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO RURAL – CLÁUSULAS ESPECIAIS nº 379.607.381 (Operação nº 00000000379607381 – Numeração Sistêmica Interna)**, concedendo um crédito no valor de **R\$ 70.253,52 (setenta mil e duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos)**, com vencimento final em 30/03/2022, destinação descrita no item 3.2 da Cláusula 3 - “DADOS DA OPERAÇÃO” do Instrumento anexo.



Outrossim, como garantia da operação em ajuizamento, concedeu-se **em penhor rural de primeiro grau**, os bens abaixo descritos, de propriedade do Executado conforme Cláusula 3.9 – “PENHOR RURAL” do Instrumento anexo, senão vejamos:

- ✓ 17 bezerras, anelado, de 7 meses, no valor total de R\$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais);
- ✓ 25 bezerras, anelado, de 7 meses, no valor total de R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais);
- ✓ 8 bezerras, anelado, de 7 meses, no valor total de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais);
- ✓ 13 bezerras, anelado, de 7 meses, no valor total de R\$ 14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais);
- ✓ 15 vacas, anelado, de 36 meses, no valor total de R\$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais);

Nessa esteira, insta destacar, conforme previsão contratual, que os bens se encontram localizados no **Sítio Boa Esperança, Linha 23-B, KM 70, STR Abuna, situado no distrito/bairro de Margem Esquerda BR 364, município de Porto Velho/RO, comarca de Porto Velho/RO.**

Destarte, o coexecutado subscreveu o referido contrato na qualidade de fiador, ou seja, garantidor solidário, com irrestrita responsabilidade solidária ao adimplemento do negócio jurídico entabulado, obrigando-se pelo pagamento do saldo devedor contratual e acessórios. Sendo esta fiança absoluta, irrevogável, irretratável e incondicional, não comportando qualquer tipo de exoneração, renunciando os fiadores, expressamente, aos benefícios dos artigos 827, 830, 834, 935, 837 e 838, todos do Código Civil Brasileiro.

Muito embora o aludido objeto do contrato tenha sido devidamente disponibilizado pelo Exequente, não houve o cumprimento da obrigação por parte dos Executados na forma e prazo pactuados, fato que ocasionou o vencimento antecipado do contrato e, conseqüentemente, a mora.

Não obstante tenha o Exequente empreendido todos os esforços no sentido de obter a satisfação da contraprestação devida pelas partes Executadas, extrajudicialmente, não obteve êxito, não tendo restado alternativa senão a de buscar a guarida do Poder Judiciário.

VI – DADOS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

A importância da operação de crédito originalmente perfazia o montante de **R\$ 70.253,52 (setenta mil e duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos)**, sendo que o valor da operação deveria ser pago na data de vencimento em 30/03/2022.

Ocorre que, os Executados incorrem em inadimplemento contratual deixando de pagar as prestações pactuadas, vencidas a partir de **30/03/2022**, ocorrendo assim o previsto na Cláusula Décima Quinta – “DO VENCIMENTO ANTECIPADO” das Cláusulas Gerais do Contrato de Abertura de Crédito Rural Fixo, anexo.



Dessa forma, resta configurada a hipótese de vencimento antecipado em razão da falta de pagamento, acarretando a exigibilidade de toda a dívida, sendo exigida em substituição aos encargos de normalidade pactuados e previstos no Contrato. Sendo encargos de inadimplemento: juros à taxa de 4,600% ao ano, debitados e capitalizados mensalmente; juros de mora à taxa de 1,0% ao mês, debitados e capitalizados mensalmente; multa de 2,000 % sobre o saldo devedor final.

Considerando o inadimplemento do contrato, foram aplicados os encargos de inadimplemento calculados a partir do vencimento, com o detalhamento do período de carência onde são amortizados os juros, a correção monetária, bem como o pagamento do saldo principal da dívida em tela. Abaixo, breve demonstrativo:

Número do Contrato	Operação	Valor Inicial	Saldo Devedor em 04/11/2022
379.607.381	00000000379607381	R\$ 70.253,52	R\$ 86.361,20

Desta feita, tem-se que o Exequente é credor da quantia atualizada de **R\$ 86.361,20 (oitenta e seis mil e trezentos e sessenta e um reais e vinte centavos)**, indicada no demonstrativo de conta vinculada em anexo.

VII - DO DIREITO

A presente ação de execução está lastreada em Contrato de Abertura de Crédito Fixo, é título executivo extrajudicial, elencado no artigo 784, inciso III e V do Código de Processo Civil.

É importante ressaltar que no caso não incide a Súmula 233 do Superior Tribunal de Justiça, pois não se trata de contrato de abertura de conta corrente, conforme entendimento jurisprudencial abaixo transcrito:

*EMBARGOS À EXECUÇÃO. **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO. ARTIGO 784, III, DO CPC/15. TÍTULO EXECUTIVO HÁBIL.** INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 233 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO. (TJ-RS - Apelação Cível Nº 70077513042, Décima Quinta Câmara Cível, Relator: Adriana da Silva Ribeiro, Julgado em 04/07/2018).*

Com efeito, foi disponibilizado em favor do executado quantia determinada, ocasião em que a parte se comprometeu a pagar de forma parcelada, valores fixos.

Comprovada, portanto, a eficácia executiva do Contrato de Abertura de Crédito Fixo, bem como o direito do Exequente, consubstanciado na inadimplência dos Executados e na constatada impossibilidade de resolução da pendência pela via extrajudicial, verifica-se a satisfação dos requisitos legais para a propositura da presente execução, conforme previsão do art. 784, III e V do Código de Processo Civil, senão vejamos, *in verbis*:



Art. 784. São títulos executivos extrajudiciais:

(...)

III - o documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas;

(...)

V - o contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução;

Isto posto, resta claro que o direito do Exequente, razão pela qual requer se digne Vossa Excelência conceder a prestação da tutela jurisdicional postulada, que deverá ser processada nos termos do artigo 824 e seguintes do Diploma Processual Civil, a fim de que os Executados paguem o valor apontado, sob pena de expropriação de tantos bens quantos bastem para a satisfação integral do crédito exequendo.

VIII – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer se digne Vossa Excelência determinar:

A expedição do mandado para citação dos Executados, nos endereços fornecidos na exordial, para que efetuem o pagamento da dívida no prazo de 03 (três) dias, nos termos do artigo 829 do CPC, devidamente atualizado, acrescido dos encargos contratuais e demais consectários legais, os quais deverão ser computados até a data do efetivo pagamento, mais honorários arbitrados em 20% (vinte por cento sob pena de proceder-se a penhora do bem dado em garantia, bem como tantos quantos necessários para a satisfação da obrigação, na forma dos artigos 829, §1º, 835, 854 e 844, todos do Diploma Legal Processual.

Caso não seja efetuado o pagamento no prazo de 03 (três) dias, requer a expedição de mandado de penhora/arresto do bem dado em garantia, de propriedade do Executado, qual seja: **17 bezerras, anelorado, de 7 meses, no valor total de R\$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais); 25 bezerras, anelorado, de 7 meses, no valor total de R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais); 8 bezerras, anelorado, de 7 meses, no valor total de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais); 13 bezerras, anelorado, de 7 meses, no valor total de R\$ 14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais); 15 vacas, anelorado, de 36 meses, no valor total de R\$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais);** a ser cumprido no endereço: **Sítio Boa Esperança, Linha 23-B, KM 70, STR Abuna, situado no distrito/bairro de Margem Esquerda BR 364, município de Porto Velho/RO, comarca de Porto Velho/RO,** e em caso de inexistência do referido bem, **requer desde já que o Executado indique outros bens, até o valor atualizado do crédito,** em substituição ao bem dado em garantia, bem como seja determinado à penhora do bem a ser indicado.

Neste ínterim, caso não encontrados os Executados, requer o credor sejam arrestados através do mesmo mandado, o bem dado em garantia, bem como tantos bens quantos bastem para garantir a Execução, consoante autorização do artigo 830, “caput”, do CPC, intimando posteriormente, os Executados, e caso esta recaia sobre bens imóveis, seja o gravame devidamente registrado no



competente Cartório de Registro de Imóveis (artigo 844 do CPC) intimando-se, se for o caso, o cônjuge da constrição realizada.

A título de medida acautelatória, caso os Executados não atendam à citação, não sejam encontrados, ou em caso de não cumprirem a obrigação, requer seja efetuado penhora online, nos moldes do artigo 854 do Código de Processo Civil, e, sendo o caso, arresto *online* (art. 854 por analogia), determinando o bloqueio dos seus ativos até o limite do débito.

Requer, desde já, a imediata expedição de certidão comprobatória do ajuizamento da execução, para fins de proceder à averbação em registro público do ato de propositura da execução e dos atos de constrição realizados, para conhecimento de terceiros, nos termos do art. 799, inc. IX do CPC c/c o art. 828, do CPC.

Seja cientificado de que poderá oferecer embargos à execução dentro do prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos artigos 914 e 915, do Código de Processo Civil.

Permissão para que o Oficial de Justiça encarregado das diligências possa cumpri-las de acordo com o artigo 212 e parágrafos do CPC.

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidas, especialmente por oitiva de testemunhas, depoimento pessoal do Réu, bem como a juntada de demais documentos necessários à elucidação dos fatos.

Por fim, requer seja anotado na contracapa dos autos exclusivamente o nome do **NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES**, inscrito na **OAB/RO sob o nº 4.875-A**, bem como que todas as intimações e notificações sejam dirigidas apenas em nome do mesmo, **sob pena de nulidade e/ou republicação do ato judicial, com devolução do prazo**, nos termos do §5º do art. 272 do CPC.

Para fins dos artigos 246, §1º e 319, inciso II, ambos do CPC, informamos o seguinte endereço eletrônico: cenopserv.oficios@bb.com.br;

Outrossim, para fins do artigo 287 do CPC, informamos o seguinte endereço eletrônico: nwbbintimacoes@nwadv.com.br;

Dá-se à causa o valor de **R\$ 86.361,20 (oitenta e seis mil e trezentos e sessenta e um reais e vinte centavos)**, comprovando o recolhimento das custas respectivas.

Nestes termos, pede deferimento.

Campo Grande/MS, 27 de outubro de 2022.

NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
OAB/SP Nº 128.341



OAB/RO Nº 4.875-A

GESTORA: LIGIANE SANDRA SCHMIDT – OAB/MS 17.690 / SUPERVISÃO: ROSIANE SANTIAGO ROMERA MELO - OAB/MS 22.293/ ADVOGADO: ANA CAROLINE RODRIGUES SOARES – OAB/MS 27.574

NPJ 20220111805000

